

# Governo de Minas Gerais reúne prefeitos para debater nova lei de regularização fundiária

Sex 10 novembro

O [Governo de Minas Gerais](#), por meio da [Companhia de Habitação de Minas Gerais \(Cohab Minas\)](#), realizou nesta sexta-feira (10/11) seminário sobre a nova legislação federal que trata da regularização fundiária urbana e rural. O evento reuniu na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, mais de 200 prefeitos com o objetivo de esclarecer as atribuições da Lei nº 13.465/2017, sancionada em 11 de julho deste ano.

“Nossa intenção com a realização do seminário é atender a uma demanda dos municípios. Estamos aqui para esclarecer os principais pontos sobre o novo marco, tão importante para Minas Gerais e para o Brasil. Este tema é uma das prioridades da política habitacional do Governo do Estado”, destacou o presidente da Cohab Minas, Alessandro Marques.

O diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades, Silvio Eduardo Marques Figueiredo, explicou o que muda com a nova legislação. Segundo Figueiredo, a Lei nº 13.465/2017 desburocratiza, simplifica, agiliza e destrava os procedimentos da regularização fundiária, bem como amplia a possibilidade de acesso à terra para a população de baixa renda. “Resgatamos a cidadania”, frisou.

O representante do governo federal também ressaltou que a regularização fundiária passa pelo fortalecimento tributário das cidades. “A nova lei aquece a economia local com o consequente aumento da arrecadação tributária. A lei traz normas gerais e cabe aos municípios adotarem ou não. Trazemos as ferramentas - e quem define as normas são os municípios”, finalizou Figueiredo.

Em consonância com a Lei Federal, o deputado estadual Tadeu Martins Leite ressaltou que está em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma nova lei relacionada à questão da regularização fundiária, que vai dar ainda mais segurança às famílias. “Esperamos aprovar uma nova lei ainda esse ano para ajudar a resolver o problema de grande parte da população em Minas Gerais”, disse em seu discurso.

## Regularização fundiária urbana e rural

Em Minas Gerais, a regularização fundiária urbana é uma atribuição da [Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional \(Secir\)](#), representada pelo secretário Carlos Moura Murta. De acordo com o secretário, presente ao seminário, a nova legislação é a solução para a regularização fundiária no país.

“Estamos imbuídos de percorrer Minas Gerais para agilizar a titularização nos 853 municípios. Vamos reerguer o direito à cidadania e preservar o direito à moradia”, enfatizou. “Vamos ajudar aqueles que ficaram à margem da sociedade. Vamos tornar sonhos em realidade. Queremos

alcançar o maior número possível de titularizações. Vamos levar o direto à titularidade a todos os rincões de Minas Gerais”, completou o secretário.

Por sua vez, a regularização fundiária rural é uma atribuição da [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário \(Seda\)](#), representada pelo secretário Professor Neivaldo, também presente ao evento. Em seu discurso, o secretário destacou que a atual administração estadual retomou o Programa de Regularização Fundiária, que tinha sido paralisado em 2011.

“Garantimos a democratização e o acesso à terra, indo em todas as regiões de Minas Gerais e entregando a titularidade. Hoje, homens e mulheres dizem que dormem sossegados em seus lares. Estamos buscando esse processo para trazer dignidade e acesso à terra. Além do compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar para melhorar a qualidade de vida no campo”, salientou.

### **Grande presença de prefeitos**

Principais interessados na temática do seminário, dezenas de prefeitos compareceram ao auditório. Entre eles, estava o prefeito do município de Claraval, no Território Sudoeste, Luiz Gonzaga Cintra. Para ele, o seminário ajudou a esclarecer muitas dúvidas. “Este tipo de evento é muito importante. Foram esclarecidas muitas dúvidas e, com certeza, volto com muitas ideias para a minha cidade”, disse.

Quem também estava presente era o prefeito de Campos Altos, no Triângulo Sul, Paulo César de Almeida, que enfatizou o lado social da nova legislação. “A gente tem uma preocupação muito grande em nossos municípios de regularizar as áreas que ainda não são regularizadas. Muitas famílias vivem nestas áreas e acredito que, agora, vamos conseguir levar mais respeito e dignidade a elas”, pontuou.

“A nova lei vai resolver e dar segurança e cidadania às famílias”, frisou a presidenta da Associação Brasileira de Cohabs e Agente Públicos da Habitação (ABC), Maria do Carmo Avesani Lopez, que, ao lado de Alessandro Marques, secretários de Estado e autoridades, compôs a mesa durante a abertura do seminário.